

TRAJETÓRIA

Depois de ser confundida como atendente de supermercado, Adenir Carruesco era a única candidata negra na disputa por uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho. A Corte escolheu outros três nomes

Resistência contra o racismo

» JOÃO PEDRO LARA RESENDE
DE CARVALHO

Adenir Alves da Silva Carruesco nasceu em 19 de fevereiro de 1965, em Santa Cruz de Monte Castelo, no Paraná. Filha de Silvino e Geralda, trabalhadores das lavouras de café. Ambos analfabetos. Na última quinta-feira, aos 61 anos, disputou uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho. Era a única mulher negra entre os 14 magistrados. O TST escolheu outros três nomes.

A mãe, que não sabia ler, escolheu o nome da filha em homenagem a uma professora que via passar carregando livros. Talvez soubesse, antes de todos, o que aquela menina seria.

“Ela não estava apenas escolhendo um nome. Estava fazendo um ato de fé, projetando em mim o seu maior desejo de emancipação”, conta a magistrada ao **Correio**. “Carrego os livros que ela não pôde ler e a voz que a história lhe negou.”

A menina estudava no pasto de uma fazenda. Dividia espaço com vacas. No primeiro dia de aula, foi a pé, de chinelo de dedo novo, com um tomate embrulhado como lanche, um caderno, um lápis e a cartilha *Caminho Suave*. “O perfume de papel novo ainda trago na memória”, contou.

Não havia energia elétrica em casa. Nem água encanada. A água vinha do poço, guardada em um pote de barro. “Era um tempo de espera e de sonho. Especialmente esperar pelo Natal e sonhar com o futuro.”

Os pais dispensavam a filha das tarefas domésticas para que pudesse estudar. “Sabiam que a caneta é muito mais leve

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Filha de trabalhadores rurais analfabetos do Paraná, estudou em escolas de fazendas e virou juíza

e poderosa do que a enxada.” Talvez, também soubessem a dimensão do caminho que estavam abrindo.

Antes de entrar no Judiciário, Adenir tentou uma vaga de atendente em uma agência bancária. Foi recusada devido à exigência de “boa aparência”. “Senti o peso invisível das barreiras que a sociedade ergue para corpos como o meu”, relata a desembargadora. “Transformei cada gota daquela rejeição em combustível. Entendi que a folha de prova não enxerga a cor da pele do candidato, apenas o seu conhecimento.”

Em janeiro de 1984, aos 18 anos, tomou posse como servidora pública. Formou-se em direito em Dourados (MS). Em 1994, ingressou na Justiça do Trabalho como juíza substituta. Atuou em Alta Floresta, Primavera do Leste e Rondonópolis. Lecionou direito por 10 anos. É mestre pela Universidade Austral de Buenos Aires.

Tornou-se desembargadora em 2021 e presidiu o TRT-23 no biênio 2024/2025 — primeira mulher negra da magistratura trabalhista Mato-grossense a ocupar o posto.

O Brasil tem 18.265 magistrados. Desses, 328 — 1,8% — se de-

clararam pretos, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O TST, em toda a sua história, teve apenas quatro ministros negros. Atualmente, nenhum é preto. Adenir disputou a vaga. Não foi escolhida.

Sobre a candidatura, Adenir refletiu: “Para quem iniciou os estudos em uma escola rural, no pasto de uma fazenda no Paraná, o simples fato de ter a história de uma vida dedicada à magistratura trabalhista lembrada para uma cadeira nesta corte é um prêmio inestimável.”

Quanto ao que levaria ao TST, afirmou que “a pluralidade de trajetórias e a diversidade na com-

posição das cortes de cúpula é um valor democrático que enriquece a prestação jurisdicional, contribuindo para que as decisões reflitam as complexas nuances sociais do Brasil”.

Um domingo qualquer

No domingo, 17 de maio, dias antes da votação, a desembargadora entrou num supermercado em Cuiabá após uma caminhada. Estava de roupa esportiva, sem toga. Uma cliente a abordou entre as gôndolas. Tinha certeza de que Adenir trabalhava ali.

“Para ela, era lógico que eu trabalhava ali e que eu estava ali para servi-la”, contou ao **Correio**. “Aquele senhor não estava agindo por maldade. Estava reproduzindo um vício de olhar coletivo, um viés cognitivo automático.”

Ao chegar em casa, pegou o celular e gravou um vídeo. Não planejou a repercussão. O Brasil ouviu a frase: “Sem a toga, sou apenas mais um corpo preto que a razão brasileira insiste em enxergar como serviçal”.

A desembargadora fez questão de separar a pessoa do sistema. “A raiva pessoal contra o indivíduo é estéril — esgota-se em si mesma. A indignação contra a lógica estrutural é transformadora”, explica a desembargadora, mostrando que a falsa percepção dominante é de que pessoas pretas ocupam funções de serviço e não posições de autoridade.

Na gravação que viralizou, completou: “Preto não ocupa espaços de poder. Preto não é juiz, preto não é desembargador. Os pretos brasileiros não estão nos tribunais superiores. Basta ver. E a mulher negra, menos ainda.” Em 132 anos de STF, 171 ministros passaram pela Corte. Nenhum